

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO LITORAL E A EXPANSÃO DO TURISMO NA CAPITAL CATARINENSE – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL.

Autora: Prof^a MsC Fabíola Martins dos Santos¹

Autor: Prof. Dr. José Messias Bastos²

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura analisar as transformações geradas no litoral catarinense, decorrentes da expansão urbana e do crescimento da atividade turística e seus reflexos sobre a capital do estado de Santa Catarina – Florianópolis – SC.

Os marcos teóricos que sustentam a pesquisa apóiam-se nas contribuições de autores dedicados à análise da realidade sócio-espacial, nela incluída o fenômeno turístico. Na base da reflexão está o paradigma de formação sócio-espacial que favorece a realização de estudos de caráter globalizante, por considerar as “múltiplas determinações”, responsáveis por uma realidade concreta cujas especificidades têm explicações de ordem natural e humana. Ao considerar as características físicas do espaço e as relações sociais dominantes nos diferentes períodos da sua história, o paradigma de formação sócio-espacial propicia um enfoque multidisciplinar no qual o espaço geográfico e o tempo histórico despontam como aspectos essenciais para a apreensão de uma realidade em que as características naturais vão sendo modificadas para responder às exigências sociais, definidas por imposições locais, regionais, nacionais e/ou internacionais.

A operacionalização da pesquisa exigiu a definição de alguns procedimentos e estratégias que permitiram reunir as informações necessárias para investigar o processo de urbanização do litoral catarinense e a expansão do turismo. Dessa forma, este estudo foi caracterizado como histórico e exploratório, pois levou ao desenvolvimento de pesquisas bibliográficas e de campo. A realidade empírica foi estudada e apoiada, por um lado, em concepções teóricas, mas por outro exigiu um levantamento de dados de períodos históricos distintos. Na fase exploratória desta pesquisa recorreu-se aos dados do censo demográfico dos principais municípios do Litoral catarinenses disponíveis prefeituras e IBGE e a SANTUR (órgão oficial do turismo em Santa Catarina. Foi utilizado, também, consulta aos mapas, dissertações, teses, periódicos, bem como, artigos e jornais, para uma análise das diferentes etapas da evolução do espaço urbano investigado.

¹ É professora de hotelaria no Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC) e aluna do Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: fabiola@cefetsc.edu.br ou fabimdossantos@gmail.com.

² É professor do Mestrado e Doutorado do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do CNPq. E-mail: jbastos@cfh.ufsc.br

2. A FORMAÇÃO LITORÂNEA CATARINENSE

O território que hoje corresponde ao Brasil foi povoado por iniciativa da Coroa Portuguesa, cuja ocupação se fez a partir do litoral, obedecendo a uma política expansionista, sobretudo no que concerne às terras localizadas na porção Meridional da colônia portuguesa, a fim de garantir a posse de grandes extensões do território disputado pelos dois reinos ibéricos: Portugal e Espanha.

A estratégia de povoamento do litoral sul teve como ponto de partida a capitania de São Vicente de onde se irradiou a formação de outros núcleos de povoamento. De acordo com historiadores catarinenses, no século XVII foram fundadas no litoral de Santa Catarina, as vilas de São Francisco do Sul, Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (Laguna), consideradas postos avançados dos portugueses no sentido Norte-Sul, que dependiam da via marítima e das condições portuárias para estabelecer contato com outros núcleos coloniais de povoamento situados na faixa costeira.

O litoral catarinense foi escolhido como principal alvo da política expansionista de Portugal na ocupação do território meridional brasileiro, utilizando-se para tanto dos recursos naturais disponíveis. A experiência colonizadora se associava, também, à estratégia de defesa territorial e ao uso diversificado da terra, principalmente, a de Nossa Senhora do Desterro que, como porta de entrada do Brasil Meridional, recebeu um número significativo de açorianos a partir do século XVIII, servindo de local de apoio para abastecimento de embarcações e como rota obrigatória para atingir a bacia do rio da Prata (MAMIGONIAN, 1998).

O comércio colonial agro-exportador teve um significado especial na colonização de várias regiões do Brasil, porém, na formação sócio-espacial da porção meridional, a ocupação desenvolveu-se inicialmente em torno da faixa Atlântica.

Na orla litorânea, os contatos iniciais foram facilitadores pelo mar, enquanto no interior a fisionomia e a flora do planalto meridional concorreram para a rápida expansão das bandeiras de colonização. Movidos inicialmente (século XVII) pela procura de índios para escravizá-los e vendê-los, no século seguinte (XVIII), os paulistas passaram a arrebanhar o gado missioneiro para comercializar em Sorocaba, incorporando-o ao circuito econômico colonial e, ao longo desse caminho, foram sendo criadas sesmarias que se transformaram em estâncias. A exploração econômica das terras do planalto catarinense deu origem, nas suas manchas de campo ao latifúndio pastoril, associado ao extrativismo dos ervais nativos encontrados na mata araucária. (PEREIRA, 2003, p. 104).

A ocupação do território catarinense desde os seus primórdios acabou gerando duas realidades distintas: o planalto e o litoral separados pelas Serras do Mar e Geral. A localização estratégica da costa catarinense, entretanto, permitiu que, no interior dessa formação sócio-espacial, fossem desencadeadas produções territoriais e cumulativas com o passar do tempo.

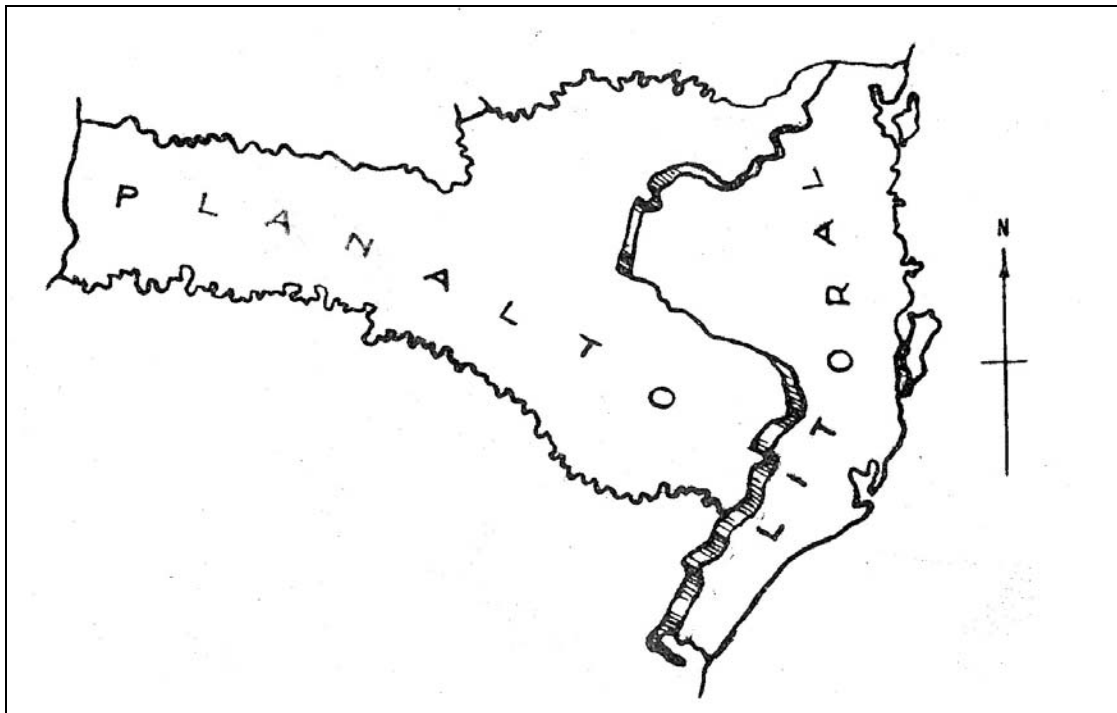


Figura 1 – Planalto e litoral do Estado de Santa Catarina

Fonte: PELUSO JR., Victor Antônio. **O Relevo do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: NG/DEGC, 1952.

A Corte de Lisboa tinha intenções de explorar o Rio da Prata, ao mesmo tempo em que desejava proteger o litoral brasileiro das incursões de estrangeiros sobre o território. Para tanto, fazia-se necessário estabelecer núcleos populacionais que garantissem a soberania sobre a terra, razão pela qual estimulou a realização de expedições para o reconhecimento do litoral Sul do Brasil.

O contato europeu com a paisagem local iria gerar modificações desde o começo do assentamento luso em nosso território. A faixa costeira passou inicialmente a ser povoada pelos vicentistas, que fundaram núcleos litorâneos, como é o caso de Paranaguá no Paraná, para, posteriormente, atingirem o litoral catarinense.

Como já foi enfatizado, a política administrativa instalada pela Corte Portuguesa promoveu, de um lado, o processo de reconhecimento geográfico do território colonial e, de outro, a construção de um sistema de fortificações a partir da criação da Capitania, bem como a colonização açoriana do Brasil meridional.

Para Pereira (2003, p.104):

O projeto de colonização do Brasil meridional, do qual fazia parte a ocupação do espaço litorâneo catarinense, se amplia e se consolida com a instalação de bases político-militares, o que levou a construção de um complexo de fortificações, principalmente na Ilha de Santa Catarina, e a edificação de armações baleeiras, financiado por capitais comerciais portugueses, para extração de óleo de baleia, utilizado nos séculos XVIII e XIX para vários fins.

A política de ocupação de todo o litoral catarinense, principalmente nos espaços da ilha de Santa Catarina, seguia praticamente o mesmo ordenamento. Os açorianos eram

distribuídos em várias áreas, “recebiam propriedade de um quarto de légua em quadra (uma légua de sesmarias teria 3.000 braças em linha. Um quarto seria de 750 braças como perímetro da quadra). Essa era a porção de terra que teria para explorar agricolamente” (PEREIRA, 1993).

As conseqüências do povoamento açoriano em terras catarinenses fizeram-se sentir em três esferas: político-administrativa, econômica e cultural. Primeiramente, no campo político-administrativo, registra-se o fortalecimento da posição portuguesa na parte meridional da América do Sul.

No período correspondente ao Brasil Colônia, a ocupação do solo catarinense se insere no contexto comum das sesmarias, isto é, desde o tempo da divisão do Brasil em capitanias, adotou-se o sistema de apropriação do solo com a justificativa do seu uso para agricultura de subsistência.

O fato de se tornar de imediato grande proprietário constituía em chamariz para o colonizador. Se não estavam em jogo distinções à base da hierarquia social do sesmeiro, a obrigatoriedade de ocupar e povoar a terra implicava em discriminação de natureza capitalista, pois os meios para explorá-la, em última análise, iam condicionar a posse efetiva do solo (PIAZZA, 1994, p. 81).

Diferentemente do restante do litoral brasileiro onde a atividade agrícola era monocultora utilizando-se da mão-de-obra escrava em grandes glebas de terra, no Sul se estabeleciam colônias de povoamento alicerçadas na pequena propriedade familiar. O colono tinha a liberdade de praticar a policultura de subsistência. Este, dentre outros fatores, foi fundamental para propiciar a precoce emersão do litoral catarinense à posição de destaque no cenário colonial da época como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios.

Os excedentes da produção ampliaram as relações comerciais da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro, transformada em capital com a criação da capitania de Santa Catarina em 1738, passando a exercer funções político-administrativas, somadas à condição de praça comercial. A sua localização geográfica, situada entre os principais mercados da época (Rio de Janeiro e Buenos Aires), favoreceu também o desenvolvimento portuário, acentuando os fluxos comerciais, embora seja importante ressaltar que a produção mercantil açoriana não desembocou em relações capitalistas de produção, muito embora existisse uma diferenciação social no interior dos processos produtivos, especialmente na pesca, já que se registrou, a partir do final do século XVIII, um empobrecimento dessa área que se aprofundou no decorrer do século XIX. A decadência deve-se a uma série de fatores de caráter endógeno e/ou exógeno, entre os quais cita-se o papel concentrador dos comerciantes e aristocratizante dos capitais mercantis, que contribuíram para a permanência das relações de produção pré-capitalistas³ (PEREIRA, 2003).

³ PEREIRA (2003), ainda destaca outros elementos característicos da formação sócio-espacial açoriana responsáveis pela sua decadência próprios das relações pré-capitalistas: a fragmentação excessiva dos pequenos lotes de herança, a redução da mão-de-obra produtiva provocada pelo recrutamento dos açorianos para as milícias, o esgotamento do solo arenoso, bem como o espírito de camaradagem existente entre agricultores, pescadores e artesãos, mentalidade tipicamente pré-capitalista.

Já no período Imperial (1822-1889) outros fluxos migratórios dinamizaram o espaço de Santa Catarina. Provenientes de outras áreas da Europa, chegaram os primeiros imigrantes que promoveram o desenvolvimento econômico de várias regiões do estado.

Os primeiros alemães chegaram a São Pedro de Alcântara em 1829. Um pouco mais tarde, no vale do Itajaí, fundaram Blumenau (1850) e no nordeste do Estado, Joinville (1851), seguindo novas frentes de ocupação que estabeleceram colônias menores, numa penetração no sentido oeste. Os colonos alemães iniciaram uma diversificada pequena produção mercantil rural (produtos alimentares, tais como manteiga, banha, leite, queijo) e urbana (atividades de artesãos, como ferreiros, marceneiros, tecelões, alfaiates, sapateiros). Ao comercializarem o excedente de sua produção adquiriam através do sistema colônia-venda outras mercadorias, imprimindo um dinamismo que, articulado às complexas relações econômicas, sociais e espaciais inter e extra-regionais decorrentes da evolução do capitalismo no Brasil e no mundo, propiciou o surgimento e a consolidação de um vigoroso parque industrial (PEREIRA, 2003, p. 5).

A colonização estrangeira, em Santa Catarina, caracterizou-se pelo estabelecimento de imigrantes etnias germânicas, italianos e, em menor número outras racionalidades. O volume de ingressos de recursos humanos foi muito mais expressivo do que em relação à colonização açoriana, pois os alemães e italianos foram distribuídos em levadas durante 100 anos, até aproximadamente 1930. Por outro lado, revolucionária transformação do transporte marítimo facilitou os deslocamentos de grandes contingentes de carga e pessoas, fomentando a economia através dos produtos excedentes exportados, entre os quais cabe destacar: a banha de porco, a farinha de mandioca e fécula, embutidos de carne, essências medicinais e, mais tarde, produtos do extrativismo madeireiro. O surgimento das ferrovias e com elas, o aumento das transações comerciais intensificou o acúmulo do capital em Santa Catarina, promovendo a ampliação técnica, industrial e comercial dos produtos aqui produzidos (LAGO, 2000).

Ainda no final do século XIX, imigrantes italianos colonizaram as áreas periféricas coloniais do vale do Itajaí, primeiramente ocupadas por alemães, além de fundarem também núcleos coloniais no litoral Sul de Santa Catarina, ligados inicialmente à agricultura e posteriormente à mineração do carvão. Já na primeira década do século XX, iniciou-se a ocupação da porção oeste do planalto catarinense, a qual se deve ao processo de colonização levado a efeito por companhias de colonização do Rio Grande do Sul, com imigrantes alemães e italianos, o que explica a influência da cultura riograndense nessa região.

Na última década do século XIX, teve início um processo de substituição industrial de importações que deu origem a numerosos estabelecimentos capitalistas.

Com o avanço da industrialização em Santa Catarina, no século XX, promovida pelos imigrantes alemães e italianos, as cidades do vale do Itajaí (Brusque e Blumenau) e do norte do estado (Joinville) passaram a ganhar destaque no cenário econômico nacional através da indústria têxtil, enquanto no Sul do estado (Criciúma) prosperava a indústria carbonífera. Como conseqüência, a cidade de Florianópolis acaba perdendo espaço econômico para outros núcleos e, gradativamente, sua importância no contexto regional e nacional, passando a exercer praticamente apenas a sua função administrativa de capital do Estado de Santa Catarina.

O empobrecimento gradativo dos açorianos e as escassas oportunidades de emprego nas cidades litorâneas fizeram com que muitos migrassem para as áreas industriais alemãs, para zona carbonífera ou partissem à procura dos grandes centros pesqueiros, como o de Rio Grande e Santos, para trabalharem na pesca embarcada. Aproveitando as crescentes levadas de pescadores para os referidos centros surgiram alguns pequenos comerciantes locais que passaram a transportar, em caminhões, os imigrantes luso-brasileiros e neste ínterim alguns destes tornaram-se empresários da pesca. (MAMIGONIAN, 1987).

A pequena produção mercantil desenvolvida na faixa litorânea catarinense não deu origem a iniciativas industriais expressivas. Já em áreas do planalto e nos vales catarinenses, a acumulação resultante do excedente comercializado favoreceu a instalações de pequenas indústrias, as quais proporcionaram a formação de núcleos industriais que se destacaram no cenário econômico nacional. A política capitalista desencadeou o processo de segmentação de mercado e as condições favoráveis para o processo de industrialização.

A pesca artesanal praticamente foi dizimada, substituída pela pesca industrial embarcada a qual, em função da sua capacidade de captura, faz escassear o pescado na costa catarinense, contribuindo ainda mais para a decadência da atividade pesqueira artesanal. O pescador, sem outra alternativa de subsistência, passou a vender suas terras para empresários oportunistas, migrando para outras localidades em busca de novas possibilidades de emprego.

Em suma, o pescador passou a desenvolver outras atividades autônomas, exercendo outras funções, perdendo a condição de proprietário e muitas vezes de dono da terra, para as grandes incorporações pesqueiras que abastecem os principais mercados do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. No âmbito do setor pesqueiro, a modernização significou a ampliação do projeto de desenvolvimento do país, concentrando todas as iniciativas em bases industriais. Por outro lado, os pescadores acabaram também sendo vítimas de uma exploração imobiliária decorrente da valorização das terras da orla litorânea, com o desenvolvimento de atividades de veraneio e o aumento dos fluxos turísticos.

3. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO LITORAL CATARINENSE

A urbanização dos municípios da orla litorânea catarinense teve em seu movimento diferentes fases: a primeira ligada à exportação de excedentes alimentares e alguns poucos produtos artesanais; a segunda vinculou-se ao mesmo tempo na importação de matérias-primas e de inúmeros utensílios de consumo corrente e na diversificação da pauta de exportação de produtos agropecuários e do extrativismo vegetal e mineral; a terceira fase está atrelada diretamente à nova divisão territorial do trabalho promovida pelo vigoroso desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro e catarinense e mais especificamente, nas duas últimas décadas, a expansão do turismo quando então adquire caráter explosivo.

O estabelecimento de casais açoriano-madeirenses na Ilha de Santa Catarina e em Laguna e dos vicentistas em São Francisco do Sul promove na primeira metade do século XIX o primeiro surto urbano no litoral catarinense. As atividades portuárias dessas localidades conduziram o estabelecimento da estrutura urbana nas suas proximidades, uma vez que as trocas comerciais via navegação marítima era praticamente a única forma

que poderia de ser realizada. As exportações eram diversificadas, mas as mercadorias que ganharam maior destaque foram à farinha de mandioca, o óleo de baleia, a aguardente e alguns poucos artigos artesanais.

Na segunda metade século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com o estabelecimento dos imigrantes de origem alemã e italiana nos vales atlânticos catarinenses, as atividades portuárias sofrem forte incremento em função da ampliação da hinterlândia tributária pois, se por um lado, o crescimento das importações favorece os comerciantes das cidades portuárias (Hoepcke, por exemplo) com a ampliação de sua clientela, por outro, ocorre não só o aumento do volume exportável como também à diversificação dos produtos exportáveis. Os produtos que merecem destaque nesta conjuntura são a erva-mate, que chegou a ser denominada de “ouro verde”, exportada pelo Porto de São Francisco do Sul, a madeira pelo Porto de Itajaí e o carvão pelo Porto de Imbituba.

Não resta dúvida que tais incrementos das exportações como das importações teve como conseqüência o aumento das taxas de urbanização e, por conseguinte, o adensamento do tecido urbano das cidades portuárias do litoral catarinense. Entretanto, a configuração da nova estrutura sócio-econômica brasileira iniciada na crise mundial das últimas décadas do século XIX e cristalizada com a Revolução de 30, que veio em parte como conseqüência da quebra da bolsa de Nova Iorque, imprimirá radical transformação na organização espacial com priorização do transporte de cargas pelo sistema rodoviário em detrimento da cabotagem. As vias de transporte partem do centro econômico do Brasil (São Paulo) em direção as várias grandes regiões brasileiras, configurando num sistema radial-concêntrico. As cidades portuárias de São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna, atreladas nas suas relações econômicas ao sistema de cabotagem, foram as mais atingidas no território catarinense, que tiveram ainda o impulso negativo da decadência da pequena produção açoriana e vicentista do litoral.

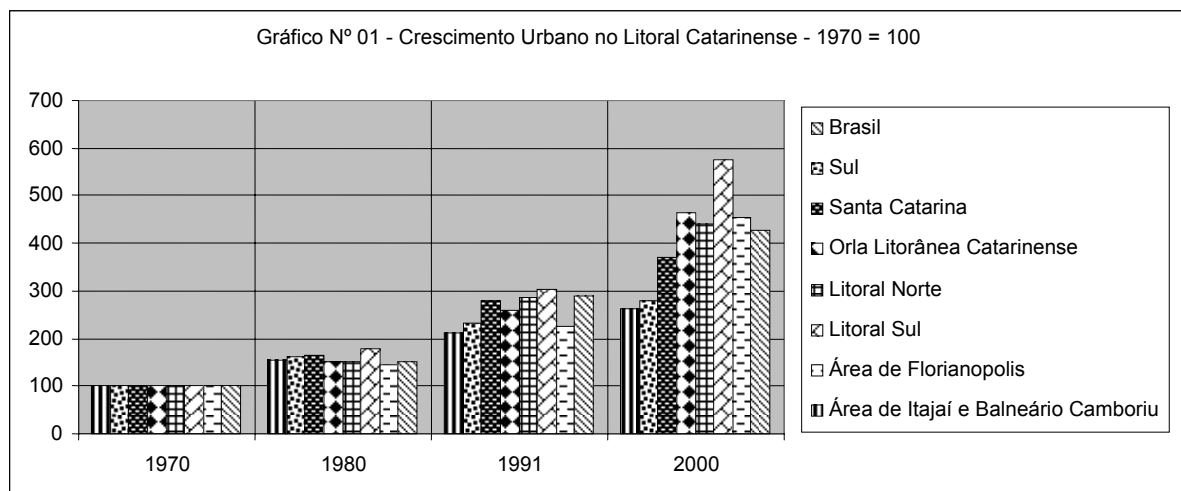
Por outro lado, à ascensão econômica das colônias alemãs e italianas da fachada atlântica catarinense promove aceleradamente sua integração terrestre a economia brasileira transferindo, assim, o fenômeno da urbanização para as cidades afastadas do litoral como Blumenau, Joinville, Brusque, Rio do Sul, Criciúma, Tubarão, etc. Florianópolis exercendo a função de capital administrativa do Estado de Santa Catarina manteve modesto dinamismo até os anos 50, quanto então acelera extraordinariamente seu crescimento urbano. Mas cabe aqui uma consideração no sentido de que esse crescimento mais recente da capital catarinense ocorreu em consonância com o que vinha se sucedendo na sociedade brasileira e mais precisamente no interior do Estado de Santa Catarina.

O explosivo crescimento urbano brasileiro verificado nas cinco últimas décadas esteve ligado ao igualmente explosivo desenvolvimento industrial, que, aliás, foi um dos mais elevados do mundo. Deve-se também evidenciar a herança do período colonial de uma estrutura agrária latifundiária que não só permaneceu como ampliou seu índice de concentração. Assim, somavam os fatores de atração (geração de emprego pela indústria nos grandes centros urbanos) e de repulsão (impossibilidade do trabalhador rural tornar-se pequeno proprietário). Através da análise dos censos demográficos pode-se perceber que de 1950 até 2000 foram urbanizados no Brasil quase 120 milhões de novos cidadãos, o que significou a criação de uma grande Curitiba a cada ano. O movimento dos sem-terra e o movimento dos sem-teto são algumas das trágicas conseqüências desse processo

acelerado de crescimento urbano que teve sua situação agravada nas duas últimas décadas com as reduzidas taxas de crescimento da atividade industrial e pela “alternativa única” de inserção competitiva da indústria na economia internacional, promovida pelas políticas neoliberais impostas pelo imperialismo norte-americano. Neste início de século XXI os movimentos tornaram-se crônicos dando indícios da quase completa ingovernabilidade.

Este breve quadro brasileiro serve para balizar a realidade catarinense que embora apresente uma estrutura agrária bem mais democrática, com 2/3 do seu território baseado na pequena propriedade, teve seu estoque de terras esgotado rapidamente com a expansão das prósperas colônias de povoamento que se implantaram a partir de meados do século XVIII.

Através das análises dos dados obtidos nos censos demográficos pode-se inferir que, Santa Catarina desde a década de 40 cresce industrialmente acima da média brasileira, pois neste ano sua produção correspondia 1,9% do montante industrial brasileiro e em 2000 saltou extraordinariamente para 4,4%, lembrando que em 1970 e 80 as taxas de participação da indústria catarinense eram de 2,6 e 3,9% respectivamente, e participação da população absoluta catarinense permanece desde a década de 40 até o ano 2000 em torno de 3% da brasileira. Acrescenta-se ainda que as exportações catarinenses de acordo com o Anuário Estatístico do IBGE saltaram de 1,4% com montante absoluto de 38,6 milhões de dólares para 5,3%, significando um total de 2,5 bilhões de dólares e deste valor 67,4% foram de produtos industrializados.



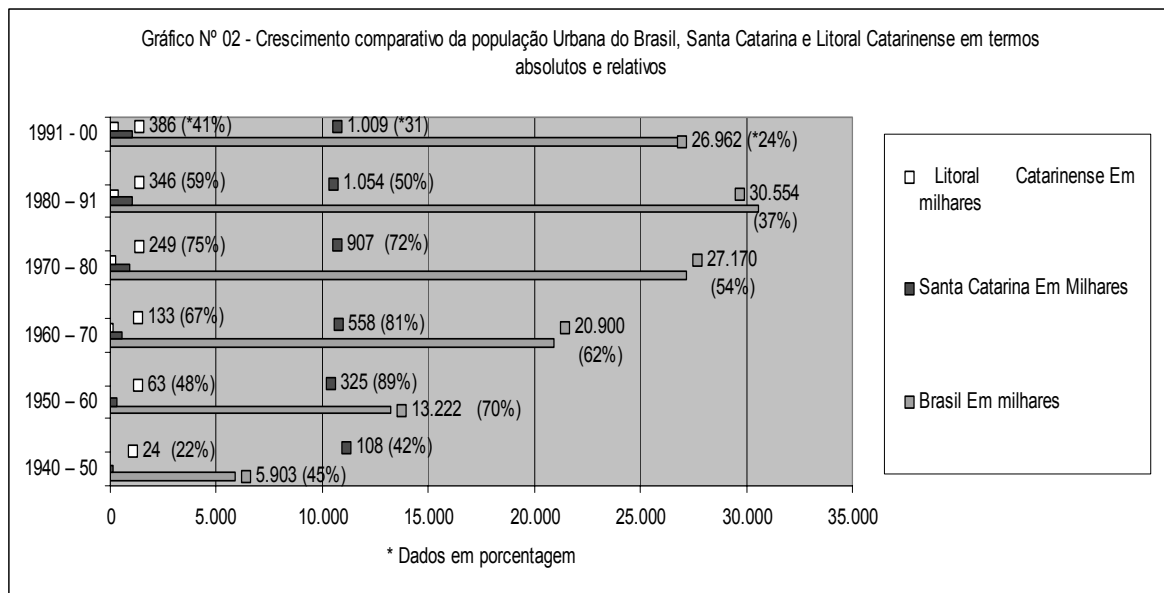
Fonte: Censos do IBGE de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Elaborado por: José Messias Bastos, 2008

Conforme apresenta o gráfico acima, o quadro da população urbana de Santa Catarina acompanhou, como não podia ser diferente, o mesmo dinamismo da economia, pois no espaço de 30 anos, enquanto a população urbana brasileira multiplicava por 2,64 vezes, a de Santa Catarina por 3,7 e os municípios do litoral em 4,6 vezes. Isso significou que, se em 1970 os municípios do litoral participavam com 25,5% da população urbana de Santa Catarina, em 2000 o percentual saltou para 32,1%, sem considerar a população do município de Joinville, o maior em termos demográficos do Estado.

Através do gráfico abaixo pode-se constatar essa afirmação, pois se verifica claramente que a partir, sobretudo da década de 80, a população dos municípios do litoral catarinense

aceleram, em termos relativos, o ritmo de crescimento quando comparado com o Estado de Santa Catarina e com o Brasil.



Fonte: Censos do IBGE de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Elaborado por: José Messias Bastos, 2008

Cabe neste contexto indagar sobre as principais causas que poderiam ser enumeradas para explicar o vertiginoso crescimento urbano dos municípios da orla atlântica catarinense? Em primeiro lugar, parte da resposta foi respondida pelo dinamismo econômico brasileiro e catarinense verificado nas últimas cinco décadas conforme assinalamos anteriormente. Em segundo lugar, está a expansão da atividade turística para o litoral catarinense, cuja orla muito recortada com baías, enseadas, ilhas, istmos, praias, falésias, próprios das áreas de transgressão marinha, formando belíssimas paisagens e áreas protegidas para embarcações e para o banho de mar. Outros fatores são as possibilidades de reserva de valor na aquisição de imóveis em áreas com grande potencial turístico e que se encontravam bastante desvalorizadas, principalmente se considerar a forte crise que o país vive desde inícios dos anos 80, onde os investimentos produtivos mantiveram-se desastrosamente em taxas muito baixas e, por consequência, buscas por investimentos em imóveis nas áreas com grande potencial de valorização.

Pode-se considerar também que as áreas alemãs de Blumenau e Joinville (as mais industrializadas do Estado) muito próximas do litoral norte catarinense, trataram de buscar lazer adquirindo imóveis para construção de segunda moradia inicialmente e mais tarde como investimentos; o mesmo vai ocorrer em seguida com a classe média das cidades de Curitiba e Porto Alegre e mesmo da Argentina, no período da desastrosa política de câmbio sobrevalorizado. Considera-se também a melhoria das infra-estruturas urbana e rodoviária promovida pelo poder público e por consequência as novas oportunidades de emprego geradas que promoveram mais e mais a atração da população e dos capitais para as referidas zonas balneárias de Santa Catarina.

Além da atração de imigrantes que procuram emprego na construção dos inúmeros empreendimentos imobiliários de luxo que se multiplicaram ao longo do litoral catarinense na última década, ocorre também paralelamente, com apoio de uma forte política de divulgação na grande mídia impressa, a atração de imigrantes com elevado

poder aquisitivo. Dentre esses se encontram aposentados, executivos, empresários, etc., que procuram não só conforto ambiental, como também social, que os grandes centros urbanos em forte crise não conseguem oferecer à sua população mais exigente.

4. A EXPANSÃO DO TURISMO NA CAPITAL CATARINENSE.

O turismo se desenvolveu ao longo da história, a partir de deslocamentos de diversas ordens, somente sendo reconhecido enquanto atividade co-produtora do espaço geográfico no século XX quando foi impulsionado pelo advento das revoluções tecnológicas e dos meios de transportes. O desenvolvimento da atividade turística pode está atrelado à melhoria dos meios de locomoção, à expansão urbana e à ascensão do capitalismo, principalmente a partir de meados do século XX (MACHADO, 2000).

Nesse contexto, somente após o período de 1950 (Pós-Segunda Guerra Mundial) é que o turismo torna-se uma atividade de massa expressiva, em termos sócio-econômicos e culturais. A partir desse momento é que acontece a efetiva estruturação e organização da atividade turística, conforme ela se apresenta nos dias de hoje⁴.

No Brasil, de acordo com Santos (1993, p.36), após a Segunda Guerra Mundial, a integração do território se torna viável, integração esta que se iniciara com quando as estradas de ferro que até então ligavam as áreas produtoras com os portos de exportação. Estas estradas, entretanto, eram em sua maior parte desconectadas. A interligação torna um novo impulso com a construção das estradas de rodagem, que põem em contato as diversas regiões entre si e, sobretudo, com o pólo mais dinâmico do país, eixo Rio – São Paulo, o que redundou na execução de um ousado programa de infra-estruturas. Esse período duraria até fins da década de 1970. O golpe do Estado de 1964 aparece como um marco, pois foi o ciclo militar que criou as condições de uma rápida integração do país a um movimento de internacionalização que aparecia como irreversível, em escala mundial.

A população aumenta e a classe média é ampliada o que traz reflexos sobre o turismo já que se amplia o número de pessoas ávidas para viajar e consumir⁵. Para a sociedade atual, o ato de viajar é incorporado como um novo valor sócio cultural, que

⁴ A Primeira Guerra Mundial (1900-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foram períodos de grande recessão para atividade turística, porém no período entre guerras, ocorre uma curva ascendente no desenvolvimento do turismo até a crise econômica de Wall Street, em 1929, que assinala a depressão econômica dos EUA, que irá refletir na economia mundial e diretamente no turismo. A recuperação do pós-guerra durou aproximadamente cinco anos, por isso, período foi marcado pela construção e reconstrução do espaço, pelo estabelecimento da paz e da nova ordem internacional, a fundação da Organização Nações Unidas em 1945. É a partir de 1950, que começa de novo a curva ascendente do turismo, momento em que surgem as principais condições transporte para o desenvolvimento do turismo de massa, com incremento maciço da aviação comercial (MONTEJANO, 2001). É interessante observar que, conforme Mamigonian (1987), com base nos escritos de Ignácio Rangel, o Brasil acompanha os movimentos cíclicos da economia capitalista mundial, sendo o segundo pós-guerra caracterizado como um período de grande expansão econômica no qual o país se insere com grande dinamismo.

⁵ É nesse período que surge no Brasil uma política nacional de turismo, orientada para o turismo como um vetor de desenvolvimento, incidindo com maior força na zona costeira. Ela se inicia nos anos de 1950, e, as primeiras regulações foram feitas em 1958, no governo de Juscelino Kubitschek e está relacionadas a ampliação da rede de energia, transporte, circulação de automóveis, estradas e à formação de uma classe média nacional. Um novo marco na evolução do turismo no Brasil foi a criação da Embratur em 1966, como uma autarquia, que caracterizava o turismo como uma indústria nacional e importante. (BECKER, 1996, p. 187).

representa a possibilidade de conhecer e desfrutar da natureza, do convívio e do conhecimento de outras culturas. Ressalta-se que, além dos valores culturais e naturais participarem como mercadorias, constituem-se como matéria-prima necessária para a produção de bens e serviços.

A atividade turística deve ser orientada e planejada de modo a não comprometer ou descaracterizar os recursos naturais e culturais, embora seja praticamente impossível eliminar os efeitos negativos do turismo sobre determinados espaços do litoral catarinense, como é o caso de Florianópolis, cresce a preocupação com os impactos sobre o meio ambiente e o patrimônio histórico cultural, pois a não fiscalização e regulamentação desses espaços impossibilitará o seu usufruto pelas gerações futuras.

A atividade turística em Florianópolis é bastante recente se comparada a outras cidades da costa brasileira, pois, as primeiras manifestações de entretenimento e lazer posteriormente associadas ao turismo vêm através do banho de mar, primeiramente como uma atividade desportiva realizada próxima à área central e, posteriormente, com as segundas residências de florianopolitanos, localizadas na parte interior balneária da Ilha (FERREIRA, 1998). Surgem assim as primeiras infra-estruturas turísticas, que dão início ao processo de urbanização dessas áreas, consideradas privilegiadas pelas elites locais, posteriormente exploradas pelo turismo de massa. Nas décadas de 1950 e 1960, os moradores da região central da cidade, freqüentavam as praias do continente: a praia do Balneário, localizada no bairro do Estreito; as praias da Saudade, Bom Abrigo, Praia do Meio e Itaguaçu localizadas no bairro de Coqueiros. Inicialmente estes espaços eram utilizados pelos habitantes locais para lazer, porém com o passar do tempo, esses locais se urbanizaram, tornando-se áreas de residências permanentes e o mar impróprio para banho.

Até início dos anos de 1970, em razão da distância do núcleo central e das deficiências do sistema viário, as áreas balneárias compostas por comunidades pesqueiras e rurais se mantinham sem grandes alterações, prevalecendo às casas de veraneio, cuja propriedade pertencia à elite florianopolitana. A cultura urbana do lazer e da busca por balneários, aliada à melhoria do acesso com a construção da SC 401, desencadeou o processo de crescimento urbano para a parte norte da ilha em função da intensificação dos fluxos turísticos.

O crescimento populacional é acompanhado pela expansão dos fluxos turísticos, sendo que o aumento de pessoas provenientes de outras regiões de Santa Catarina, bem como de outros estados e até mesmo de países do extremo Sul, como Argentina, Paraguai e Uruguai, favoreceu a ampliação da oferta de equipamentos e serviços turísticos, tais como, meios de hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte turístico, locação de veículos, entretenimentos e comércio turístico. Outro elemento de destaque no que se refere ao incremento da atividade turística foi à ampliação do aeroporto Hercílio Luz, em 1988, para receber aviões de grande porte. Os dados do quadro abaixo comprovam o crescimento numérico dos turistas que visitam Florianópolis no período da alta temporada (janeiro e fevereiro), conforme a pesquisa de demanda da SANTUR⁶.

⁶ SANTUR – Órgão oficial de turismo do estado de Santa Catarina. Os dados demonstram somente uma realidade de alta temporada, janeiro e fevereiro, períodos que apresentam uma intensificação dos fluxos turísticos na Ilha de Santa Catarina.

Ano	1986	1990	1998	2000	2005	2007
Nº de turistas Nacionais	131.790	243.820	272.643	335.132	453.516	637.488
Nº de turistas Estrangeiros	67.710	58.837	85.815	171.109	120.582	143.095
Total	199.500	302.657	358.458	506.241	574.098	780.583

Quadro 2: Expansão do turismo em Florianópolis

Fonte: SANTUR, 2007

A década de 1980, foi marcada pela expansão da atividade turística na ilha de Santa Catarina, marcada pela presença de consumidores turísticos provenientes dos países vizinhos (Argentina, Paraguai e Uruguai), motivados pela atratividade paisagística local, e também pelas vantagens monetárias decorrentes da política cambial.

A década 1990, foi marcada por uma nova conjuntura turística, pois, em 1998 surge o primeiro centro de eventos da cidade localizado no núcleo urbano central, dessa forma, Florianópolis, passou a ser reconhecida como um destino para realização de convenções e feiras de negócios.

Pode-se inferir que até final da década de 1980 os fluxos turísticos foram canalizados para as praias, porém a partir de 1990, o mercado turístico da região modificou-se em consequência da intensificação de outros fluxos destinados à realização de negócios e à participação em eventos. Esta nova realidade ampliou a ocupação dos hotéis, bem como a sua abrangência, considerando-se que a atividade turística vigente até então além de sazonal concentrava-se nos balneários da capital catarinense.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas representam os resultados de uma investigação que buscou analisar as transformações geradas no litoral catarinense, decorrentes da expansão urbana e do crescimento da atividade turística na capital do estado de Santa Catarina – Florianópolis – SC. O litoral catarinense foi analisado através do processo histórico, pois toda a realidade precisa ser definida espacial e temporalmente. Nesta perspectiva foi preciso analisar a formação urbana e as alterações decorrentes da dinâmica da sociedade em cada período histórico, cujos reflexos se materializam nesse espaço.

No caso da capital catarinense, a cidade teve seu destino traçado pela função portuária e administrativa e como reflexo o processo seu de urbanização ajustou-se a estas condições. No século XX, a produção açoriana entra em decadência diante da industrialização em Santa Catarina. A partir desse período, Florianópolis exerce a função administrativa de capital do Estado de Santa Catarina e como centro político se consolida, como uma cidade terciária de crescente dinamismo na prestação de serviços. Nesse contexto, o turismo desponta em Florianópolis em 1970 com incremento das estatais, e também a partir de ações do poder público com a criação das infra-estruturas urbanas necessárias e com o poder privado que viabilizaram a atividade com investimentos na área da prestação de serviços principalmente no setor hoteleiro.

6. REFERÊNCIAS

- BASTOS, J. M. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In LINS Hoyedo; MESSIAS, José; CHEREM, Rosângela; SANTOS, Maurício. (Orgs). **Ensaio sobre a Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- BECKER, Berta. **Conferência no Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo “Sol e Território”** : políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. Eduardo Yázigi; Ana Fani Alessandri Carlos; Rita de Cássia Ariza da Cruz (Org.). São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERREIRA, S. L. **O Banho de mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Das águas, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 2007.
- LAGO, Paulo F. **Santa Catarina: a Transformação dos Espaços Geográficos**. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.
- MACHADO, Ewerton Vieira. **Florianópolis: Um Lugar em tempo de Globalização**. São Paulo: USP, 2000. (Tese de Doutorado).
- MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estrutura do Mercado Turístico**. São Paulo: Roca, 2001.
- MAMIGONIAN, Armen. **Industrialização de Santa Catarina**. Atlas de Santa Catarina. Florianópolis: GAPLAN, 1987.
- PELUSO Jr. Victor. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.
- PEREIRA, R. M^a.F. **Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes**. Florianópolis: Revista GEOSUL, 2003.
- PEREIRA, N. do V. **Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina: Etnografia Catarinense**. Florianópolis: Fundação Cultural Açorianista, 1993.
- PIAZZA, W.F.A. **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- SANTUR – Santa Catarina Turismo S/ A Pesquisa Mercadológica de Estudo da Demanda Turística de Santa Catarina. Disponível em: <[http: www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)>. Acesso em: jul-nov. 2007.
- SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1998.
- SANTOS, Fabíola M. **Uma análise histórico-espacial do setor hoteleiro no núcleo urbano central de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria da UNIVALI, 2005.
- VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. Formação Socioespacial do Planalto Catarinense: Gênese e Desenvolvimento. In: MAMIGONIAN, Armen (coord.). **Santa Catarina: Sociedade e Natureza**. Florianópolis, CNPq, 2000 (Relatório de pesquisa).